

UM INTELLECTUAL NO ARQUIVO

LEGADO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES PARA A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

AN INTELLECTUAL IN THE ARCHIVE

THE LEGACY OF JOSE HONÓRIO RODRIGUES FOR THE ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES | Pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e na École Nationale des Chartes/Sorbonne. Mestrado e doutorado em Ciência da Informação e graduação em Arquivologia pela UnB. Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB.

GEORGETE MEDLEG RODRIGUES | Pós-doutorado na Université de Paris X. Doutorado em História pelo Université Paris-Sorbonne. Mestre em História pela UnB. Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora associada I da UnB.

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as contribuições de José Honório Rodrigues para o Arquivo Nacional e a arquivologia brasileira. A compreensão do "homem-intelectual" embasa o estudo de documentos, da sua biografia e bibliografia. Sua gestão à frente da entidade promoveu uma revolução institucional, publicações técnicas, visitas de estrangeiros e diagnósticos da instituição, do ensino e da profissão arquivística no Brasil.

Palavras-chaves: arquivologia; José Honório Rodrigues; Arquivo Nacional; intelectual.

ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of José Honório Rodrigues to the Arquivo Nacional and the Brazilian archival science. The understanding of the "intelectual man" bases the study of documents, his biography and bibliography. His management has supported an institutional revolution, technical publications, foreign visits and diagnostics of the institution, teaching and archive profession in Brazil.

Keywords: archival science; José Honório Rodrigues; Arquivo Nacional; intelectual.

RÉSUMEN

Este artículo objetiva analizar las contribuciones de José Honório Rodrigues para el Archivo Nacional y la archivología brasileña. La comprensión del "hombre-intelectual" subyace el estudio de documentos, de su biografía y bibliografía. Su gestión al frente de la entidad promovió una revolución institucional, publicaciones técnicas, visitas de extranjeros y diagnósticos de la institución, de la enseñanza y de la profesión archivística en el país.

Palabras clave: archivología; José Honório Rodrigues; Arquivo Nacional; intelectual.

“[...] intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal”
(Pécaut, 1990, p. 11).

INTRODUÇÃO

Qual foi o destino do “menino levadíssimo, pouco estudioso e gago”, descrito por Rodrigues (1994)?

A vida e a obra de José Honório Rodrigues (JHR) têm sido objeto de estudo de vários pesquisadores (Glezer, 1976; Iglésias, 1988; Mota, 1988; Rodrigues; Mello, 1994; Alves Junior, 2008; Abreu, 2011; Uhiara, 2014; Buzzatti, 2015), que transitam entre suas contribuições pessoais, científicas e profissionais, para o campo da história e da arquivologia. Poderíamos, também, intentá-lo nessas direções e, de certa forma, nos esforçamos para fazê-lo, buscando compreender os papéis de JHR como um intelectual à frente do Arquivo Nacional (AN) e da institucionalização da arquivologia brasileira.

Para esta empreitada, apoiamos-nos em Gramsci (1995) e Pécaut (1990), antes mesmo de buscarmos a biografia e a bibliografia de JHR.

Gramsci (1995) inicia sua obra questionando se os intelectuais constituiriam um grupo social autônomo e independente ou se cada grupo social teria sua própria categoria especializada de intelectuais. Ele defende a aceção do intelectual no conjunto do sistema de relações no qual as suas atividades se inserem. Assim,

todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...]. Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate (Gramsci, 1995, p. 7).

Conjugando a função social e a sua inserção na continuidade histórica, Gramsci focaliza a distinção entre os intelectuais orgânicos no âmbito de cada grupo e os intelectuais tradicionais, ao explicar que algumas categorias especializadas se formam para o exercício da função, ligadas a grupos sociais mais importantes e, sobretudo, ao grupo social dominante. Para o autor, a assimilação e a conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, por esses grupos, é proporcional à sua elaboração dos seus próprios intelectuais orgânicos.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se *ativamente na vida prática*, como *construtor, organizador*, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, *eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente”* (especialista mais político) (Gramsci, 1995, p. 8, grifo nosso).

É nessa vertente que se compreende o intelectual como “construtor” e “organizador”, que ultrapassa a condição pura da contemplação e associa ciência e técnica em uma concepção humanista, na qual buscamos compreender as contribuições de JHR para a institucionalização da arquivologia no Brasil: como mediador de um “conjunto de superestruturas”, do qual os intelectuais são “precisamente os funcionários”, ou seja, são “os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 1995, p. 10-11).

O autor categoriza qualitativamente a atividade intelectual em diferentes graus: os “criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.” aparecem nos graus mais elevados, enquanto os “administradores e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, acumulada”, nos mais baixos. E, segundo nossas conclusões, após a análise da sua trajetória, JHR se encaixaria nessa última categoria, sem demérito algum.

Pécault (1990), por sua vez, apresenta em sua obra duas gerações de intelectuais. A primeira geração, correspondente aos anos de 1925 a 1940, estava, segundo ele, preocupada com o problema da identidade nacional e das instituições; rejeitava, de modo geral, a democracia representativa; concordava com o fortalecimento das funções do Estado; tinha uma visão hierárquica da ordem social; reivindicava um *status* de elite dirigente; defendia a ideia do progresso “de cima”, visando “dar forma” à sociedade. Enquanto o povo era descrito como destituído de qualquer identidade política, os intelectuais desse período identificavam-se com as elites e se colocavam como “avalistas de uma política nacional-popular” (Pécault, 1990, p. 182). Ao recorrer a Bourdieu, Pécault apresenta a noção de “legitimidade”,¹ ao assinalar a retomada, pelos intelectuais, de concepções do social que já estavam presentes em outros grupos sociais (Pécault, 1990, p. 33). Como ele lembra, o Estado e os intelectuais eram “sócios a serviço da identidade nacional”. Aquele atribuía a estes os seguintes papéis: concorrência para a definição das finalidades da ação política; expressão da presença da sociedade civil e exemplo de ator social coletivo.

Mais ainda: uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão – a de se adaptar às leis que presidem a evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais –, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos “intelectuais” o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos (Pécault, 1990, p. 72-73).

1 Noção que decorre de um dos conceitos-chave de Bourdieu, isto é, o de “distinção” que confere legitimidade aos agentes no plano cultural. Nas palavras de Philippe Colangeon, enquanto a primeira dimensão do conceito diz respeito ao conjunto de elementos característicos do estilo de vida do agente, produtos de seu *habitus*, “a segunda dimensão do modelo da distinção remete ao conceito de *legitimidade cultural*” (Coulangeon, 2004, p. 61, tradução e grifo nossos).

Nesse contexto, o intelectual brasileiro podia ser representado por três perfis: 1) do advogado (doutrinários de tendência autoritária com formação jurídica); do engenheiro (caracterizado pelo positivismo e com uma visão técnica do poder); e do “homem de cultura” (Pécaut, 1990, p. 34).

A segunda geração de intelectuais correspondia aos anos de 1954-1964, que se inseriam em um Estado já constituído para alcançar a independência da nação. Apresentavam-se como povo e queriam ser povo em um contexto de continuidades em relação ao nacionalismo dos anos de 1930: sob a forma do nacional-popular, exaltavam o povo-nação e a ideologia, buscando uma construção racional do Brasil.

Desse modo, Pécaut identifica alguns aspectos comuns às duas gerações: fé no evolucionismo; inserção da modernização no real; preocupação de se inspirar na “realidade brasileira” e suspeitar das “ideias importadas”; crença na nacionalidade una e indivisível, seja pela regulação do social, seja pelo planejamento (Pécaut, 1990, p. 181). Os intelectuais situavam-se, conforme o autor, em um plano acima do social, considerando-se como “coautores da produção das representações do plano político” (Pécaut, 1990, p. 183-184).

Talvez não seja totalmente pertinente situar JHR nessas duas gerações, considerando as suas características específicas. Entretanto, podemos destacar o seu trânsito político, favorecido por uma rede de contatos que propiciava a cooperação de outras organizações (inclusive internacionais), repercutindo em avanços significativos nas instituições em que atuava. Isso teria impacto na própria arquivologia, que “dava os seus primeiros passos” rumo à sua cientificidade quando da gestão de JHR no Arquivo Nacional (AN).

Tendo em vista o papel desempenhado por JHR à frente desse órgão – e seus desdobramentos –, buscaremos retomar o perfil intelectual do ex-diretor do AN, à luz dos ideais dos intelectuais brasileiros no início do século XX, sob o ponto de vista dos autores supracitados e mediante pesquisa bibliográfica e documental realizada na própria instituição e nos Archives Nationales de France. Este artigo pretende, portanto, compreender as contribuições de JHR para a institucionalização da arquivologia no Brasil, a partir da sua participação em instâncias internacionais, especialmente na França.

Esse recorte é parte de um projeto de pesquisa de pós-doutoramento no Brasil (Universidade de Brasília) e na França (École des Chartes/Sorbonne), cujo objetivo geral era compreender os movimentos da institucionalização da arquivologia no Brasil a partir das contribuições francesas. É, também, resultado de uma ampla pesquisa documental iniciada no AN, em 2005, para uma dissertação de mestrado.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: PERFIL E TRAJETÓRIA INTELECTUAL

José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 1913. Bacharel em ciências jurídicas e sociais (1933-1937), tornou-se historiador nos Estados Unidos (Universidade de Columbia), durante uma viagem que fez entre os anos de 1943 e 1944, como bolsista da Fundação Rockefeller (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994). Apresentava-se como “um historiador por vocação”, preocupado com a elaboração conceitual na descrição dos acontecimentos (Glezer, 1976, p. 85).

Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944); no Instituto do Açúcar e do Alcool, como bibliotecário (1945); no Instituto Rio Branco (1946-1956), onde participou da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil (1945-1968); na Biblioteca Nacional (BN), como diretor de Obras Raras e Publicações (1946-1958); e no AN, como diretor (1958-1964). Em 1970, foi nomeado diretor do arquivo da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1987 (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994; Abreu, 2011).

Ao estudar a vida e a obra de JHR, Glezer afirma que:

Sabemos que ele iniciou e desenvolveu sua carreira de historiador, pelo menos de 1936 a 1964, dentro de instituições oficiais de cultura, servindo a diferentes governos. Além disso, *representou a história nacional em diversos encontros internacionais, por escolha oficial*. No período em que exerceu cargos públicos toda sua produção, publicada por estas instituições, manteve-se no nível descritivo (Glezer, 1976, p. 89, grifo nosso).

De acordo com Abreu (2011), desde a sua nomeação como encarregado de pesquisas do Instituto Rio Branco (1949), onde começaria a atuar como professor a partir de 1953, JHR manifestava sua predileção por temas sobre relações internacionais, que seria aprofundada anos depois em função da conjuntura política do Brasil e de suas relações com os *brazilianists*:

Tal predileção seria ampliada a partir dos anos 60, motivada por dois outros fatores: a relação bastante próxima que José Honório Rodrigues manteve com os chamados *brazilianists* – historiadores estrangeiros que se preocupavam cada vez mais em estudar o Brasil, e sua oposição pessoal à política externa dos regimes militares, de franco alinhamento com os Estados Unidos (Abreu, 2011, p. 325).

O contexto da sua estadia nos Estados Unidos merece parênteses. No final dos anos de 1930, é publicado um decreto que dispõe sobre a especialização e o aperfeiçoamento de funcionários públicos civis federais no estrangeiro. O decreto-lei n. 776, de 7 de outubro de 1938, previa, portanto a participação desses trabalhadores “em cursos mantidos por instituições culturais, ou por estágio para observação direta em serviços públicos, ou, ainda, por ambas as formas referidas”.² Esse decreto propiciava uma situação administrativa favorável à cooperação internacional, cuja mediação cabia ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). A partir de instruções anuais para a sua execução, vários brasileiros se beneficiaram de auxílios a viagens ao exterior, para aperfeiçoamento, inclusive em técnicas

2 Brasil. Decreto-lei n° 776, de 7 de outubro de 1938. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 10 dez. 1938. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-776-7-outubro-1938-350291-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

biblioteconômicas e arquivísticas, até que o conflito mundial desfavorecesse a continuidade das viagens.³

Em nossa pesquisa documental, observamos que a maioria das viagens de servidores públicos foi para os Estados Unidos.⁴ JHR aproveitou para se aperfeiçoar em atividades compatíveis com aquelas que ele desenvolvia no Instituto Nacional do Livro, com bolsa da Fundação Rockefeller, por um ano (1943-1944).⁵ Glezer (1976) menciona o interesse norte-americano por suas obras, que chegaram inclusive a ser traduzidas para o inglês.

Considerando o nosso enfoque quanto aos interesses e a participação de JHR em instâncias internacionais, cabe-nos destacar, em sua trajetória: nova viagem aos Estados Unidos, em 1948, como bolsista da Fundação Rockefeller; viagem de estudos à Europa, dois anos depois, comissionado pelo Ministério da Educação e Saúde e da qual resultou o livro *As fontes da história do Brasil na Europa* (1950); participação no First Interamerican Archival Seminar, nos Estados Unidos, em 1961; estadia como professor visitante na Universidade do Texas, entre 1963-1964 e 1966-1967; viagem à Espanha e à França, em 1972 (Glezer, 1976).

Em carta ao embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), JHR demonstra o seu interesse pelo estudo das relações internacionais do Brasil, especialmente com a França, ao solicitar-lhe obra francesa a respeito. Ele lembra seus projetos de estudo e o desejo de pesquisa, ainda que assinala a necessidade de dedicação às suas atividades no AN, pois, escreve JHR, seu trabalho “tem sido muito administrativo” e ele “preferia estar num centro de pesquisas” onde desenvolveria “vários projetos de estudos”. Finaliza a missiva conformado, “tocando as coisas para frente”, pois o “Arquivo precisa de um tumulto bravo”.⁶

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 20 de março de 1959, JHR descreve os problemas decorrentes da acumulação de documentos públicos no Brasil, comparando-os com situações similares na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França; salienta, ainda, as diferenças na formação do arquivista na Europa e nos Estados Unidos, assinalando que, no Brasil, deveria haver um meio-termo. Mais uma vez, notamos o seu interesse nas experiências de outros países, dedicando-se a estudar o cenário internacional e a compreender as contribuições que a sua vivência poderia trazer para o Brasil.

3 Como exemplo, as instruções para execução, em 1943, do decreto-lei n. 776, de 7 de outubro de 1938, anexas ao ofício do diretor do Dasp ao presidente da República, de 3 de março de 1943, previam, dentre as atividades auxiliares da Administração, a organização e administração de arquivos e o aperfeiçoamento no seu âmbito. Arquivo Nacional *Fundo Dasp*, série Pessoal.

4 Ofício do diretor do Dasp para o presidente da República, de 11 de abril de 1940, em que justifica a importância de aperfeiçoamento de brasileiros nos Estados Unidos. Arquivo Nacional. *Fundo Dasp*, série Pessoal.

5 Processo n. 3.566/43, parecer n. 573, sobre o afastamento para estudo no estrangeiro por obtenção de bolsa de estudos, de 22 de abril de 1943. Arquivo Nacional. *Fundo Dasp*, série Pessoal.

6 Carta-ofício de José Honório Rodrigues a Paulo Carneiro, embaixador na Unesco, de 7 de dezembro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

Como diretor de Obras Raras e Publicações da BN (1946-1958), tornou disponíveis obras de difícil acesso; como diretor do AN (1958-1964), preocupou-se com a publicação de fontes, com reformas e cursos de formação de pessoal, trazendo ao Brasil autoridades arquivísticas internacionais (Abreu, 2011). Uhiara (2014), em seu estudo sobre a obra de JHR, reafirma a posição crítica do historiador em relação àqueles que ele julgava responsáveis pela situação da produção historiográfica brasileira no período, isto é, o Estado, as elites e a universidade:

O historiador carioca era um ferrenho crítico do despreparo das autoridades brasileiras que, dentre outros descasos com a *memória histórica* do país, *permitted que documentos oficiais fossem destruídos sem uma prévia seleção*. Ademais, *bibliotecas, museus e arquivos não recebiam orçamentos significativos [...]* (Uhiara, 2014, p. 19, grifo nosso).⁷

Assim, gostaríamos de destacar a visita de um arquivista francês, Henri Boullier de Branche,⁸ que traria contribuições marcantes para a arquivologia brasileira. No âmbito do acordo de cooperação técnico-administrativa entre o Brasil e a França, de 6 de outubro de 1959, JHR contactou a Embaixada da França no Brasil para solicitar a colaboração de um professor francês na área de arquivologia para os cursos do AN, uma série de conferências sobre a organização e as atualidades dos arquivos da França. Ao escrever para Gabrielle Mineur, adida cultural da embaixada, ele relatou a situação do AN, que passava por uma grande reforma, aprovada por decreto presidencial em 1958 (Buzzatti, 2015). Assim, “o professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais”,⁹ contemplando, em seu curso, doutrinas, técnicas e métodos; história e organização dos arquivos na França e na Europa. No tempo que lhe restasse, esse profissional deveria estudar algumas adversidades de administração desse tipo de instituição, tendo em vista soluções para os problemas arquivísticos brasileiros, em especial: a relação entre os arquivos ativos e o AN; o problema da seleção e eliminação; o problema da administração dos arquivos vivos (ativos) em relação ao AN; a formação de arquivistas; o desenvolvimento da literatura profissional.¹⁰

7 Essa citação é uma análise da autora com base em um texto escrito por José Honório Rodrigues em 1958, justamente o ano em que ele assume a direção do AN, intitulado “A historiografia brasileira e o atual processo histórico” (Uhiara, 2014, p. 19).

8 Henri Boullier de Branche (1907-1999) foi chefe do arquivo da região francesa de La Lozère de 1937 a 1945. De 1948 a 1963, ele foi chefe dos Archives Départementales de la Sarthe. Também foi diretor do Serviço de Arquivos de La Mayenne até 1973, data em que foi nomeado arquivista honorário da França (*conservateur d'archives honoraire*).

9 Ofício de JHR a Gabrielle Mineur, adida cultural da Embaixada da França no Brasil, de 24 de fevereiro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

10 Carta-ofício de JHR para M. Binnon, de 13 de maio de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

O arquivista francês, cuja experiência na área remontava a décadas, ministrou alguns cursos voltados para o preparo de pessoal para trabalhar em arquivos (curso de aperfeiçoamento para pessoal de arquivos, organizado por intermédio do Dasp, destinado aos servidores do AN, com o aproveitamento de material do seu próprio acervo); fez o levantamento de vários fundos; organizou um repertório de toda documentação da Marinha de Guerra existente no AN; fez a revisão de diversas coleções de documentos históricos;¹¹ e intermediou a tradução de obras francesas no Brasil (Marques, 2011). A repercussão de suas aulas foi tão significativa que JHR chegou a solicitar a sua permanência no Brasil por mais seis meses.¹² Boullier de Branche ficaria no Brasil por um ano.¹³ Seu estudo e suas recomendações acerca da situação dos arquivos brasileiros são apresentados em um relatório (Boullier de Branche, 1975), dos quais gostaríamos de destacar aqueles concernentes à formação de pessoal:

O pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu diretor na renovação dos Arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia (Boullier de Branche, 1975, p. 5).

Esse destaque justifica-se pela criação do Curso Permanente de arquivos (CPA) a partir das recomendações do arquivista francês. Foi o primeiro curso regular para a formação do pessoal de arquivo, que mais tarde seria transferido para o âmbito universitário, inaugurando a institucionalização acadêmica dos cursos de arquivologia no Brasil (Marques, 2007).

No contexto da visita de Boullier de Branche, JHR previu, ainda, a possibilidade de envio posterior de brasileiros para o Stage Technique International des Archives (STIA), indicando nomes de vários funcionários para usufruto de bolsas de estudos do governo francês.

Como Vossa Excelência está ciente, a necessidade de formação de técnicos para o Arquivo Nacional é inadiável, já que a carreira de arquivista, tão relegada em seus padrões de vencimentos, bem pouco interesse desperta a pessoas de nível intelectual à altura das atividades dos Serviços ora criados pelo novo regulamento.

11 Ofício do diretor do AN para o diretor-geral dos Arquivos da França, de 5 de agosto de 1960; ofício do diretor do AN para o conselheiro cultural da Embaixada da França, de 5 de agosto de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

12 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 19 de novembro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

13 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 23 de junho de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

[...]. É na França, com seus arquivos departamentais e municipais, um grande campo de treinamento para essas nossas funcionárias que terão sob suas responsabilidades a implantação de novos serviços.¹⁴

Além dessas indicações, no âmbito do acordo técnico-administrativo de 1959, JHR corroborou a necessidade de implementação anual de, pelo menos, uma bolsa para aperfeiçoamento de servidores do AN na França, tendo em vista sua proposta para a criação de um Sistema Nacional de Arquivos.¹⁵ Solicitou, ainda, que a Instituição se beneficiasse das outras formas de cooperação técnica previstas no referido documento.¹⁶

Aproveitando esse intercâmbio cultural, o então diretor do AN também solicitou ao Dasp a vinda de um técnico francês em restauração de documentos para aulas práticas, execução e orientação de trabalhos, no próprio AN e em outras instituições do governo federal,¹⁷ e de um arquivista,

para dar prosseguimento às atividades da missão H. Boullier de Branche, de modo a efetivar o esquema anunciado no respectivo relatório final, bem como participar dos estudos concernentes à aplicação do aludido Sistema Nacional de Arquivos. Sendo viável, aliás, seria de grande conveniência a volta do próprio técnico H. Boullier de Branche.¹⁸

O caminho inverso também pode ser notado: JHR foi convidado, pelo Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives – ICA), a colaborar com a arquivologia internacional, no papel de conselheiro do comitê técnico encarregado da elaboração do Guia de Fontes da História da América Latina.¹⁹ Evidentemente, o dedicado historiador aceitaria o referido convite.

Ainda no âmbito dos seus diálogos internacionais, José Honório Rodrigues também traz ao Brasil Theodore Roosevelt Schellenberg, em 1960, autoridade de renome internacional na área, com o objetivo de relatar e aconselhar sobre os problemas arquivísticos brasileiros (Rodrigues, 1974; Abreu, 2011). Nessa ocasião, o arquivista norte-americano orienta sobre o estabelecimento de uma política de arquivos, definindo a posição do AN na estrutura governamental, tendo em vista a defesa e administração dos documentos públicos; a criação

14 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 23 de junho de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

15 Uma análise interessante do papel de JHR sobre o que seriam as bases para a criação de um Sistema Nacional de Arquivos, a partir de um diagnóstico feito por ele quando assume a direção do AN, encontra-se em Jardim (1995).

16 Carta-ofício de JHR a J. Binon, conselheiro cultural, de 18 de abril de 1962. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

17 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 20 de novembro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

18 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 6 de agosto de 1962. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

19 Carta-ofício de JHR para Charles Kecskeméti, de 23 de março de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; a visita a arquivos, além de ministrar palestras sobre assuntos de sua especialidade.²⁰

Schellenberg escreve um relatório sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, publicado no mesmo ano (Lopes, 2000-2001), na série Publicações Técnicas, sob o título *Archival Problems of the Federal Government of Brazil*, traduzido e publicado em 2015 pela revista *Acervo* (Schellenberg, 2015). Nesse relatório, ele apresentava, segundo JHR:

1) a necessidade de legislação apropriada, que salvasse a documentação federal e faça reconhecer a preeminência do Arquivo, não como instituição do Ministério da Justiça, mas como órgão da nação; 2) a organização provisória no Rio de Janeiro e a futura transferência para Brasília; 3) a coordenação dos arquivos correntes com o Arquivo Nacional, para a defesa dos documentos públicos modernos; 4) a unidade do Arquivo Nacional, evitando-se a multiplicação de arquivos históricos, como os do Itamaraty e do Ministério da Guerra, pois os custos de manutenção se elevam, sem falar no absurdo dos equipamentos técnicos extremamente caros reproduzidos em vários arquivos e muitas vezes abandonados por falta de pessoal competente, raro no país; 5) a necessidade de literatura arquivística especializada, que deve ser atendida atualmente antes das publicações eruditas; 6) a organização de inventários; 7) a programação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal e finalmente a preservação e restauração dos documentos recolhidos (Arquivo Nacional, 1970, p. 11-12).

Nessa perspectiva, ele ainda aconselhava, dentre outras medidas, a adoção de disposições legais para a salvaguarda e proteção dos documentos valiosos; a capacitação dos funcionários técnicos, enviando-os aos Estados Unidos para treinamento especial em restauração e nas técnicas fotográficas; e o desenvolvimento e a publicação de literatura especializada sobre a administração de documentos nas fases corrente e permanente (Marques, 2011).

Ao analisar os problemas arquivísticos do governo brasileiro, o estudioso examina a situação do AN, considerando suas implicações culturais, técnicas, políticas e administrativas. Menciona, ainda, a “errônea concepção de situar o AN como uma simples dependência do Ministério da Justiça, quando já devia ter a sua autonomia como órgão central do governo federal”. Dentre as suas sugestões, destaca-se aquela relativa à urgente política nacional de arquivos, à semelhança do que se fazia nos países mais adiantados.²¹

20 Ofício do diretor-geral do Arquivo Nacional para o ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, de 30 de março de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

21 “Informação” (s.d.) do assessor Leandro Tocantins para o chefe do gabinete acerca do levantamento de documentação sobre os estudos relativos à reestruturação administrativa do AN proposta por JHR. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

Como bem lembra José Honório Rodrigues:

Sua visita e sua lição autorizada chegaram-nos na hora exata, não só porque a transferência para Brasília e o desenvolvimento econômico exigiam cuidadosa atenção pelo problema da avaliação documental e da eficiência e boa organização dos Arquivos, instrumentos indispensáveis da boa e eficiente organização administrativa.

Ele nos ofereceu um relatório, *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*. Porque havia a real ameaça de eliminação indiscriminada ou recolhimento desordenado, publicou o Arquivo Nacional o seu *O preparo de listas de documentos*. Publicou o Arquivo, ainda, *A avaliação dos documentos públicos modernos* e o *Manual de arquivos*, todas obras de real merecimento e que muita influência tiveram e continuarão a ter na formação do arquivista brasileiro (Rodrigues, 1974, p. XIII).

Indo ao encontro das análises realizadas pelos arquivistas francês e norte-americano, JHR realiza o seu diagnóstico da situação do AN (Rodrigues, 1959). Esse estudo, baseado, segundo o próprio autor, “na experiência de um ano e na leitura de todos os relatórios (do AN), desde 1844”, buscava “estudar, com a maior objetividade, os aspectos fundamentais do problema e encaminhar as soluções para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração e possa assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (Rodrigues, 1959, p. 5).

Assim, JHR discorre sobre problemas considerados por ele fundamentais e funcionais, como o recolhimento e a formação de pessoal, concluindo que “só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar da história” (Rodrigues, 1959, p. 66).

Além da atuação internacional de JHR, merece destaque o seu papel de divulgador das práticas e do pensamento arquivísticos, por meio de publicações especializadas produzidas pela instituição, especialmente traduções e o projeto de obras técnicas, por ele mesmo apresentadas e prefaciadas, conforme o quadro 1. Para Fonseca (1988, p. 101), essas obras impressas representam o “esforço iniciado por José Honório Rodrigues no sentido de dotar os arquivistas brasileiros de obras clássicas da arquivologia, até então fora de seu alcance”.

Quadro 1 - Publicações técnicas do Arquivo Nacional sob a direção de JHR (1959-1963)

| Autor | Título da publicação técnica | Ano da tradução | Participação de JHR |
|----------------------------------|---------------------------------------|-----------------|---------------------|
| National Archives (EUA) | O preparo de inventários preliminares | 1959 | Apresentação |
| Schellenberg, Theodore Roosevelt | Princípios de arranjos | 1959 | Apresentação |

| Autor | Título da publicação técnica | Ano da tradução | Participação de JHR |
|---|--|------------------------|----------------------------|
| Levron, Jacques; Mady, Jacqueline | A seleção dos arquivos e a transferência de documentos | 1959 | Apresentação |
| Posner, Ernest | Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa | 1959 | Apresentação |
| Duchain, Michel | A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos | 1959 | Apresentação |
| Filangière, Riccardo | Os arquivos privados | 1959 | Apresentação |
| Rodrigues, José Honório | A situação do Arquivo Nacional | 1959 | Autor |
| Holmes, Olivier W.; Gille, Bertrand | A significação dos arquivos econômicos | 1959 | Apresentação |
| Schellenberg, Theodore Roosevelt | A avaliação dos documentos públicos modernos | 1959 | Nota preliminar |
| Schellenberg, Theodore Roosevelt | Manual de arquivos | 1959 | Nota preliminar |
| Kahn, Herman; Church, Randolph W. | Os arquivos públicos e as bibliotecas | 1960 | Apresentação |
| Bahmer, Robert; Posner, Ernest | Os arquivos nacionais dos Estados Unidos | 1960 | Apresentação |
| Schellenberg, Theodore Roosevelt | O preparo de listas de maços de documentos | 1960 | Apresentação |
| Schellenberg, Theodore Roosevelt | Problemas arquivísticos do governo brasileiro | 1960 | Apresentação |
| Mady, Jacqueline; Bautier, Robert-Henri | Os arquivos e os documentos públicos modernos | 1960 | Apresentação |
| Saint Blanquat, Odon de | O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades | 1960 | Apresentação |
| Land, Robert H. | O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos | 1960 | Apresentação |
| Munden, Ken | Regras de catalogação da divisão de documentos departamentais | 1960 | Apresentação |
| Peckham, Woward; Wiley, Bell Irvin | O registro nacional de manuscritos | 1960 | * |
| Garrison, Curtir W.; Arbauch, Dortothy | Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes | 1960 | * |
| Boullier de Branche, Henri | Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil | 1960 | Prefácio |

| Autor | Título da publicação técnica | Ano da tradução | Participação de JHR |
|--|--|-----------------|---------------------|
| Charnier, Henri | As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais | 1960 | Apresentação |
| Jenkinson, Hillary | O arquivista inglês, uma nova profissão | 1960 | Prefácio |
| Marquant, Robert | Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais | 1960 | Prefácio |
| Muller, Samuel; Feith, Johan Adrian; Fruin, R. | Manual de arranjo e descrição de arquivos | 1960 | Prefácio |
| Boullier de Branche, Henri | Inventário sumário dos documentos da Secretaria de Estado da Marinha | 1960 | Nota preliminar |
| Fernandes, Lygia Nazareth | Índice da revolução do Arquivo Público Mineiro | 1960 | Prefácio |
| Sabbe, Étienne | Os arquivos de Estado | 1963 | Apresentação |
| Schellenberg, Theodore Roosevelt | Documentos públicos e privados: arranjo e descrição | 1963 | Nota preliminar |

Fonte: Glezer (1976); Fonseca (1988); Simões (2013). * Não tivemos acesso a essas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que inicialmente formado em direito, JHR atuou, ao longo da sua vida, em outras áreas, especialmente nos interesses da história e dos seus desdobramentos. Dedicou-se a promover melhorias nas instituições em que trabalhou, colaborando para que cumprissem o papel ao qual estavam designadas perante a sociedade. A revolução que empreendeu no AN ultrapassa as previsões regulamentares da instituição, superando seus limites burocráticos.

Devemos destacar, também, o seu interesse pelas relações internacionais do Brasil, inclusive com o desenvolvimento de pesquisas. Nessa perspectiva, realizou visitas a entidades norte-americanas e europeias, além de ter passado temporadas nos Estados Unidos que lhe renderam, inclusive, a sua formação em história naquele país. Sua rede de sociabilidade e o seu perfil de viajante-observador propiciaram contatos, dos quais se firmaram cooperações com repercussões importantes não somente para o AN, como também para a arquivologia brasileira.

Essa trajetória nos permite apreender JHR como um intelectual tanto na perspectiva de Gramsci (1995) como na visão de Pécault (1990). Historiador por opção e formação, ele enxerga no Arquivo Nacional, além de fontes para a história, possibilidades de modernização de técnicas arquivísticas a favor da administração pública (Buzzati, 2015).

Mediante esse legado, podemos concebê-lo como um “intelectual orgânico” do mesmo modo apresentado por Gramsci (1995), colaborador na construção e organização de uma técnica-ciência, por nós entendida como uma disciplina científica, a arquivologia. Mais do

que isso, como mediador de distintas estruturas governamentais, profissionais e pessoais, inclusive articulando diferentes contextos internacionais, em ações políticas e estratégicas, regadas com sua perspicácia e simpatia (Rodrigues, 1994). Assim, na visão que Pécault (1990) tem do intelectual, JHR encaixar-se-ia no perfil do “homem de cultura”, o qual se comprometera com o Estado no seu papel de servi-lo e não de servir-se dele, como lembra sua esposa (Rodrigues, 1990).

Ainda segundo sua companheira, ao recusar o convite para morar fora do Brasil, o historiador ratifica a convicção de permanecer no seu país para compreender a sua realidade, tal como afirmado por Abreu (2011). Todavia, essa postura ufanista não diminuía o interesse por questões estrangeiras, que parecem justificar as várias viagens, seus numerosos contatos e suas interlocuções internacionais. A atenção ao cenário mundial demonstra o seu interesse em compreender as contribuições que a sua experiência poderia trazer para o Brasil, inclusive para o mundo dos arquivos.

As vindas de Boullier de Branche e de Schellenberg, decorrentes de negociações de JHR com os arquivos francês e norte-americano, respectivamente, definiriam os rumos da arquivologia brasileira: os arquivistas francês e estadunidense, a partir de seus criteriosos diagnósticos da situação dos arquivos brasileiros, tecem recomendações que vislumbram a implementação e a melhoria de políticas, cursos e técnicas que delineariam os contornos institucionais, de ensino e da profissão arquivística no país.

Assim, a reforma empreendida no AN, a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), as traduções e a publicação de obras estrangeiras de referência internacional marcam a gestão de JHR como diretor dessa instituição. Esse visionário das potencialidades dos arquivos, concretizando sua paixão pela história e consciente das necessidades de formação de um profissional habilitado a geri-los e preservá-los, empreendeu várias frentes de trabalho no AN. Em uma gestão que seria o divisor de águas de uma trajetória institucional, nasce uma disciplina gestada há décadas e que anseia por reconhecimento.

Trechos de uma entrevista concedida ao historiador Carlos Guilherme Mota, publicada na revista *IstoÉ* em 12 de abril de 1978, demonstram o vanguardismo de JHR quando o assunto é direito à informação. Indagado sobre “o que se pode fazer para melhorar os estudos de história no Brasil e de quem seria essa tarefa”, respondeu que caberia ao Estado “fornecer recursos que estimulem a pesquisa histórica, facilitar a organização de arquivos, bibliotecas e museus, e sobretudo garantir o direito à informação, estabelecendo normas gerais, para todos, de acesso e consulta aos documentos”.

Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo José Honório Rodrigues. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 319-332, 2011.

ALVES JUNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 19., 2008, São Paulo. *Anais. Poder, violência e*

exclusão. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 8 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Paulo%20Alves%20Junior.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

ARQUIVO NACIONAL. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1970.

BOULLIER DE BRANCHE, Henri. *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BUZZATTI, João Vicente Teixeira. *Da máquina erudita à instituição arquivística: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964)*. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COLANGEON, Philippe. Classes sociales, pratiques culturelles et styles de vie: le modèle de la distinction est-il (vraiment) obsolète? *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 36, n. 1, p. 59-85, primavera 2004. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/socsoc/2004/v36/n1/009582ar.html?lang=es>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FONSECA, Maria Odila Kah. Publicações técnicas do Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 101-110, jul/dez. 1988.

GLEZER, Raquel. *O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói (RJ): Eduff, 1995.

LOPES, Luís Carlos. Le Brésil et ses archives: une étude de l'archivistique brésilienne et les perceptions d'archivistes étrangers. *Archives*, Quebec, v. 32, n. 1, 2000-2001.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. *Estud. av.*, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dez. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008>. Acesso em: 4 nov. 2016.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

_____. Apresentação da edição brasileira: Theodore R. Schellenberg e a lição arquivística no Brasil. In: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2. tiragem. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES, Lêda Boechat. O homem e sua escrita. In: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015.

SIMÕES, Mariana. José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as publicações técnicas do Arquivo Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...Natal: Anpuh Brasil*, 2013.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, 2014.

Recebido em 8/6/2016

Aprovado em 8/2/2017